

## **Mulheres no cinema de Santa Catarina: apontamentos iniciais para políticas públicas<sup>1</sup>**

Fahya Kury Cassins<sup>2</sup>

### **RESUMO**

As mulheres são minoria em várias funções do cinema e audiovisual, como atestam pesquisas nacionais (ANCINE, 2016 e 2018), e estrangeiras (WREYFORD, 2016, e BIELBY, 2009), assim, nas duas últimas décadas este assunto tornou-se pauta emergente nas pesquisas acadêmicas e na prática do setor. A situação replica uma condição da mulher no meio laboral em geral, no qual as mulheres são excluídas, devido à formação e ao gênero, de determinadas funções e profissões, além da própria cultura (YANNOULAS, 2013). Esta pesquisa visa um levantamento das pesquisas sobre a presença de mulheres no cinema de Santa Catarina para compreender como elas estão inseridas na área.

**PALAVRAS-CHAVE:** mulheres; gênero; políticas públicas; cinema; audiovisual

### **CORPO DO TEXTO**

Na COA - Comissão de Organização e Acompanhamento do Prêmio Catarinense de Cinema 2020, promovido pela FCC - Fundação Catarinense de Cultura, foi discutida a inserção de uma pontuação diferenciada para projetos de produção que fossem dirigidos por mulheres (como há para diretores estreados e negros, pardos e indígenas). Contudo, foi feito um rápido levantamento *in loco* dos últimos anos para argumentar que não era necessário porque já havia uma expressiva participação de mulheres na função de Direção nos projetos aprovados no prêmio - principal ferramenta de fomento de cinema do Estado de Santa Catarina.

Tema que se faz presente nas duas últimas décadas, a presença de mulheres nas produções cinematográficas reflete uma condição da mulher no campo do trabalho de forma geral e não pode ser vista isoladamente. As discussões foram ampliadas quando entraram na pauta de grandes premiações como o Oscar e o Festival de Cannes, assim

---

1 Trabalho apresentado na DT 4 – Comunicação Audiovisual do 22º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 8 a 10 de junho de 2023.

2 Mestra em História pela UDESC, pesquisadora sem vínculo institucional, email: [fahya@outlook.com](mailto:fahya@outlook.com).

como a condição do trabalho da mulher no cinema foi evidenciada por denúncias de abusos e assédios que sofrem ao redor do mundo. Apesar de ser mais discutida a presença das mulheres em funções de relevância na equipe como Roteiro, Direção e Produção Executiva, as análises mostram que não há, de fato, muitas mudanças.

Trago esta informação do Prêmio Catarinense de Cinema como um dado informal para abordar como as políticas públicas são tratadas na cultura, muitas vezes sem base sólida e sem pesquisas. Desta forma também são tratadas as questões de gênero no setor, ainda submissas à impressões e dados imprecisos.

Somente em 2016 tivemos uma pesquisa que comprovou o abismo na participação das mulheres no cinema brasileiro, e esta acaba sendo citada em praticamente todos os trabalhos que vieram depois porque desde então podemos fazer as referências respaldadas por dados. A pesquisa da ANCINE também soa como um estopim para o volume de trabalho que tem sido desenvolvido nas universidades sobre a presença das mulheres no cinema, e mostra como é essencial termos um levantamento dos dados e não somente especulações, fato demonstrado pela própria ANCINE ao fazer um novo levantamento em 2018.

A inspiração para o aprofundamento da pesquisa surgiu do trabalho de Natalie Wreyford (2016), no qual ela analisa como há raras obras com mulheres nos postos chave e como esta realidade tem mudado pouco e como são recentes os estudos no campo da sociologia da comunicação e na indústria criativa sobre a desigualdade de gênero. Ela afirma, “Esta tese examina a dinâmica social dos processos de recrutamento que se firmam em julgamentos subjetivos sobre talento criativo e habilidade.” no seu resumo para demonstrar que não há critérios objetivos que justifiquem a pouca presença de mulheres nas funções de mando na produção de cinema, além de investigar a fundo como se dão estes processos.

No campo do trabalho, a produção sobre indústria criativa no Brasil ainda é escassa, mas encontram-se disponíveis estudos mais abrangentes sobre a condição da mulher no mercado de trabalho, como é o caso da Políticas Públicas e relações de gênero no mercado de trabalho (YANNOULAS, 2002) e Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações (YANNOULAS, 2013). O que se percebe é que a condição da mulher no mercado de trabalho cinematográfico não difere das condições da mulher no mercado em geral, pois, inclusive, como assinalam Wreyford (2016) e

Yannoulas (2002) as mulheres possuem o estigma de certas profissões, que é a divisão sexual do trabalho. No meio cinematográfico é comum atribuir-se à mulher as funções de Direção de Arte e Continuidade, por exemplo, por serem mais “femininas” com trabalhos manuais e minuciosos - assim como associam-se à mulher os trabalhos de costureira e professora de ensino básico (YANNOULAS, 2013).

Por isso, quando as autoras percebem que há alguma mudança, no caso de aumento da presença de mulheres em determinadas funções e profissões no mercado de trabalho, assinala-se que a divisão permanece, sendo apenas quantitativa e não qualitativa. O que implica a necessidade de se averiguar os dados do objeto analisado e o perfil das profissionais envolvidas para entender como a situação se dá em cada caso - na produção de cinema de Santa Catarina. Trata-se da relação entre feminilização e feminização do trabalho, ou seja, a diferença do aumento de mulheres nas funções e a sua permanente desqualificação e discriminação (YANNOULAS, p. 37, 2013).

Em Santa Catarina, o principal fomento público estadual, promovido pela Fundação Catarinense de Cultura, é o Prêmio Catarinense de Cinema. Desde 2019 ele implantou critérios para descentralizar e diversificar seus contemplados. Para definir esses critérios foram realizadas algumas pesquisas, sendo as principais o Relatório Prêmio Catarinense de Cinema 2013 – 2020 (FCC) e o Retratos do Audiovisual Catarinense (UFSC).

Verifica-se, porém, que no relatório realizado pela própria Fundação Catarinense de Cultura não há nenhum dado sobre a presença de mulheres, nem entre inscritos como proponentes, nem entre as funções exercidas nas obras contempladas.

No Retratos do Audiovisual Catarinense, pesquisa financiada pelo Prêmio Catarinense de Cinema 2019 que buscava dados para compreender o setor e que seria utilizado para implementar políticas públicas, as mulheres também não são retratadas. Somente são lembradas num critério de avaliação, “Potencial de alavancagem do setor audiovisual”, considerado como indicador socioeconômico, para averiguar se há organismo executivo de políticas para as mulheres.

Desta forma, evidenciamos que não há base de dados sobre a atuação das mulheres no cinema e audiovisual catarinense. Para pensarmos políticas públicas que minimizem as desigualdades do setor, e para restaurar o imenso abismo histórico que temos nas representações, o mínimo é que tenhamos dados com os quais trabalhar e, assim, evitarmos declarações equivocadas.

Seria Santa Catarina um cinema dominado por mulheres? Seria este Estado, então, uma exceção diante do mundo todo? Quais caminhos e por que precisamos de pesquisas e relatórios que identifiquem a presença das mulheres no setor?

Diante da Lei Complementar 195/2022, conhecida como Paulo Gustavo, obrigatoriamente os editais a serem lançados deverão ter mecanismos que estimulem a participação e o protagonismo de mulheres (entre outros grupos) através de cotas ou pontuação diferenciada, assim como ações afirmativas. Porém, no mesmo Artigo 17 é assinalado que deve ser levado em conta a realidade local e organização social do grupo.

Ao participar do Comitê Estadual de Organização das Oitivas da Lei Paulo Gustavo, representando a Cinemateca de Joinville, acompanhei a preocupação, pela primeira vez, do órgão estadual responsável pelas políticas para o audiovisual, em incluir no formulário elaborado como parte integrante das oitivas, questões que abordam gênero. Foi uma primeira conquista para termos alguma informação com a qual trabalhar, mas que, de fato, somente trará à luz percepções incompletas.

O formulário foi liberado para preenchimento durante esta pesquisa e ainda não têm dados consolidados. Contudo, acompanhar as oitivas da Lei Paulo Gustavo e o andamento da formulação dos editais nos dará um desenho de como as políticas públicas estão sendo pensadas para garantir a presença de mulheres no cinema e audiovisual de Santa Catarina.

Uma vez, ao escrever um artigo com um colega homem, sobre a presença de mulheres na produção de audiovisual, ele interrogou: mas qual a diferença de uma obra ser dirigida por uma mulher? Infelizmente, mesmo depois de, pelo menos, vinte anos de discussões sobre a desigualdade de gênero no setor, ainda precisamos defender, como Lia Bahia, “A diversidade e pluralidade de narrativas é essencial para a democracia de

um país.” (TEDESCO, 2021) e, finalmente, vemos isso numa lei federal para o audiovisual.

A presença de mulheres no cinema e audiovisual garante a pluralidade porque os criadores das obras, segundo Holanda, “tiram da realidade elementos para estruturar seus arcabouços narrativos, dramáticos, expressivos. Assim, experiências que constituem suas realidades se inscreverão, de alguma forma, no que produzem.” (HOLANDA e TEDESCO, 2017) e as políticas públicas não podem ignorar isso, devendo encontrar meios pelos quais garantir que os financiamentos cheguem às mulheres.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE). Participação Feminina na Produção Audiovisual Brasileira (2016). Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/ancine/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/apresentacoes/presenca-feminina-no-audiovisual-brasileiro-1> Acesso em 20 de abril de 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE). Participação Feminina na Produção Audiovisual Brasileira (2016). Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/ancine/pt-br/oca/publicacoes/arquivos.pdf/participacao\\_feminina\\_na\\_producao\\_audiovisual\\_brasileira\\_2018\\_0.pdf](https://www.gov.br/ancine/pt-br/oca/publicacoes/arquivos.pdf/participacao_feminina_na_producao_audiovisual_brasileira_2018_0.pdf) Acesso em 20 de abril de 2023.

BRASIL. Lei Complementar N. 195, de 8 de julho de 2022. Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2022.

BIELBY, D. D. Gender inequality in culture industries: Women and men writers in film and television. *Sociologie du travail*, vol. 5, n° 2, p. 237 a 252, abril-junho 2009. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0038029609000302> Acesso em 28 de agosto de 2021.

HOLANDA, Karla e TEDESCO, Marina C. Feminino e plural: mulheres no cinema brasileiro. Campinas: Papius, 2017.

Relatório Prêmio Catarinense de Cinema 2013 - 2020. Disponível em <https://www.cultura.sc.gov.br/publicacoes/relatorio-premio-catarinense-de-cinema-2013-2020> Acessado em 20 de abril de 2023.

Retratos do Audiovisual Catarinense. Disponível em <https://www.cultura.sc.gov.br/publicacoes/retratos-do-audiovisual-catarinense> Acessado em 20 de abril de 2023.

TEDESCO, Marina Cavalcanti. (org.) *Trabalhadoras do cinema brasileiro: mulheres muito além da direção*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2021.

WREYFORD, N. The gendered contexts of screenwriting work. Socialized recruitment and judgements of taste and talent in the UK film industry. Tese. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/327819389\\_Gender\\_Inequality\\_in\\_Screenwriting\\_Work](https://www.researchgate.net/publication/327819389_Gender_Inequality_in_Screenwriting_Work) Acessado em 28 de agosto 2021.

YANNOULAS, Silvia Cristina. (Coord.) **Trabalhadoras: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações**. Brasília: Abaré Editorial, 2013.